

## As especificidades dos ambientes insulares: meio ambiente e cultura – Estudo de caso do Ecomuseu Ilha Grande – UERJ

The specificities of island environments: environment and culture – A case study of Ilha Grande Ecomuseum – UERJ

Ricardo Gomes Lima<sup>1</sup>, Cátia Henriques Callado<sup>2</sup>, Gabriela Faria<sup>3</sup>, Gabriela Machado Alevato<sup>4</sup>, Gelsom Rozentino de Almeida<sup>5</sup>, Julia Wagner Pereira<sup>6</sup>, Marcos Bastos Pereira<sup>7</sup>, Thereza Christina de Almeida Rosso<sup>8</sup>, Wânia Clemente de Castro<sup>9</sup>

### Introdução

A região da bacia hidrográfica da baía da Ilha Grande possui importância como corredor biológico da Serra do Mar, refúgio pleistocênico, núcleo histórico e patrimônio cultural da humanidade<sup>1</sup>. Considerada um santuário ecológico, a Ilha Grande está incluída na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica pela UNESCO desde 1992<sup>2</sup>.

A Ilha Grande (*em língua Tupi: Ipaum Guaçu*) também é considerada patrimônio nacional, segundo a Constituição Federal, que em seu artigo 225, parágrafo 4º, dispõe que:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais<sup>3</sup>.

Localiza-se na Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro – RH-1, (Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande), conhecida como Costa Verde, no município de Angra dos Reis, no sul do Estado do Rio de Janeiro.

A Ilha Grande tornou-se um polo turístico a partir da implosão das instalações carcerárias de Vila Dois Rios, em 1994. Ao mesmo tempo em que se trata de uma região com enorme potencial turístico e ambiental, situa-se entre dois centros urbanos extremamente desenvolvidos – Rio de Janeiro e São Paulo. A baía da Ilha Grande consiste em um bom exemplo de uso misto e, invariavelmente, conflituoso do espaço costeiro. Encontram-se instalados no âmbito deste ambiente insular um terminal petrolífero, duas usinas nucleares (Angra I e II), um grande estaleiro, um porto comercial, recentemente adaptado para serviços

### Resumo

As zonas costeiras brasileiras e a mata atlântica são consideradas pela Constituição Federal de 1988 patrimônio nacional. Agregada a esta consideração, as características biofísicas e socioambientais dessas regiões possuem especificidades próprias que lhe conferem uma importância estratégica em termos de políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Esta é a realidade da Ilha Grande, RJ. Ciente de suas peculiaridades e responsabilidades como cessionária das antigas instalações remanescentes da extinta Penitenciária Cândido Mendes, na Ilha Grande, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) iniciou suas atividades de pesquisa e preservação dos ecossistemas da região através do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS). Paralelamente, promoveu ações com vista à criação do Ecomuseu Ilha Grande composto por quatro unidades: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia. O ECOMUSEU Ilha Grande apresenta-se como um instrumento adequado ao desenvolvimento de programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse sociocultural e ambiental. Este é o foco desse trabalho que tem por objetivo apresentar o desenvolvimento das primeiras pesquisas e ações extencionistas realizadas na região.

**Palavras-chaves:** Meio ambiente; Cultura; Ambientes Insulares; Ecomuseu da Ilha Grande

Área Temática: Cultura e Meio Ambiente  
Linha de Extensão: Patrimônio cultural, histórico e natural

<sup>1</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: ricgomeslima@terra.com.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: ccallado@uerj.br

<sup>3</sup> Museóloga UERJ. E-mail: gabi\_faria@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Museóloga. UERJ. E-mail: gabriela.alevato@gmail.com

<sup>5</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: rozentino@gmail.com

<sup>6</sup> Museóloga. UERJ. E-mail: juwp@hotmail.com

<sup>7</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: mbastosp@gmail.com

<sup>8</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: rosso@uerj.br

<sup>9</sup> Professor Adjunto. UERJ. E-mail: wania.clemente@terra.com.br

“offshore”, e, ainda, associado a este ambiente, um terminal de minérios. O turismo, a pesca artesanal e a maricultura são outras atividades econômicas presentes, de geração de capital, desenvolvidas nesta região sem o devido reconhecimento e amparo legal<sup>4</sup>. Tais atividades econômicas associadas interagem e invariavelmente pressionam os ecossistemas costeiros desta região<sup>5</sup>. Segundo Araña<sup>6</sup> e FAO<sup>7</sup>, tais ambiguidades são inerentes à zona costeira e constituem um dos grandes desafios ao desenvolvimento local sustentável. Além disso, este corpo d’água se localiza próximo às bacias de exploração de petróleo de Campos e Santos, ao Porto de Angra dos Reis, ao Estaleiro Verolme, ao terminal da Petrobras, às Minerações Brasileiras Reunidas, ao Porto de Sepetiba e a um complexo industrial. A proximidade com regiões urbanas, industriais e portuárias cria uma constante tensão entre desenvolvimento e preservação ambiental. Maiores detalhes sobre as estruturas econômicas e a organização sociocultural podem ser observados em Bastos<sup>5</sup>. Sua costa abriga um mosaico de fisionomias de alta relevância ambiental. Ao longo de toda a região podem ser encontrados áreas de Floresta Ombrófila Densa, manguezais, restingas, costões rochosos, brejos, lagoas, estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, todos apresentando diferentes espécies animais e vegetais e outros. Nessa formação florestal costeira, os manguezais merecem destaque por cumprir funções essenciais na reprodução da vida marinha. Em última análise, todos os seus espaços litorâneos possuem riquezas significativas de recursos naturais e ambientais, com forte relação entre os aspectos sociais.

Seus aspectos culturais e históricos também devem ser destacados, principalmente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos realizados por Santiago<sup>8</sup> apresentam relatos dessa importância, descritos resumidamente a seguir.

Dados históricos apresentam que seus primeiros habitantes foram os índios Tamoios, cuja nação se estendia de Cabo Frio (litoral norte do RJ) até as proximidades de Ubatuba (litoral norte de SP).

Foi ainda importante centro de abastecimento de embarcações no século XVI, utilizada para obtenção de água e alimento, tanto pelos portugueses, visando evitar os Tamoios presentes no continente, como por piratas e contrabandistas para evitar a fiscalização portuguesa. Durante

os séculos XVI e XIX, foi destaque internacional registrando episódios de pirataria, tráfico de escravos e contrabando de mercadorias.

Os primeiros registros sobre as tentativas de colonização da Ilha Grande datam de 1591, sendo que a colonização efetiva iniciou-se entre 1725 e 1764. As lavouras de cana de açúcar e café são as principais atividades nesse período, com destaque para o cultivo de café na fazenda da Vila Dois Rios.

A imagem da Ilha Grande está profundamente marcada pela história de suas prisões. A origem do presídio do Lazareto está no século XIX. No final do Império, já na década de 1880, com o rápido crescimento da imigração, o governo percebeu que era necessária a criação de um local para o isolamento de portadores de doenças infectocontagiosas. A ilha fora escolhida devido à sua localização próxima ao Rio de Janeiro, que possibilitava o isolamento dos doentes. Em 1884, o Império comprou, então, duas fazendas: a primeira, no lado voltado para o continente, abrangia terras que iam da Praia Preta ao Abraão. A outra, voltada para o Oceano Atlântico, chamada de Dois Rios, ia da Praia de Santo Antônio a Parnaiooca.

Naquele mesmo ano, começaram as obras de construção do Lazareto. Sua divisão interna assemelhava-se à dos navios de imigrantes: havia um pavilhão de primeira classe, um de segunda e outro de terceira. Os dois primeiros estavam situados a 500m da praia, enquanto que o último fora construído à beira-mar. No complexo, além dos dormitórios, também havia restaurantes, laboratório bacteriológico, enfermaria, farmácia e jardins. O Lazareto funcionou de 1886 a 1913 como hospital, tendo atendido a 4.232 embarcações, das quais 3.367 foram desinfetadas. De 1913 até aproximadamente meados da década de 1930, os pavilhões da 1ª e 2ª classes permaneceram praticamente desocupados, voltando a ser usados como alojamento pelos Fuzileiros Navais, por ocasião de manobras militares até o final de 1939.

Embora o prédio da 3ª classe funcionasse como presídio desde 1902, foi somente em 1938 que foi criada a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal. Em 1941, a denominação mudou para Colônia Penal Cândido Mendes, que recebeu presos comuns oriundos da Colônia Agrícola de Dois Rios, para que esta abrigasse presos políticos da Segunda Guerra Mundial. Em 1963, os presos

da Colônia Penal Cândido Mendes foram transferidos para a Penitenciária Lemos Brito no antigo complexo penitenciário da Rua Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro. Logo após, apesar do prédio encontrar-se ainda em bom estado, o Lazareto foi demolido por ordem de Carlos Lacerda, então Governador do Estado da Guanabara.

Em 1894, o governo de Floriano Peixoto havia fundado na fazenda de café de Dois Rios a Colônia Correccional de Dois Rios, destinada a indivíduos de ambos os sexos. Porém, três anos depois essa Colônia foi extinta. Em 1903, a unidade prisional foi reaberta, primando pela reabilitação pelo trabalho e instrução dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que deveriam ser agrupados separadamente, segundo a causa do recolhimento, sexo e idade. Nessas décadas iniciais, através do trabalho dos presos, foram construídas a estrada ligando Dois Rios a Abraão, a represa para geração de energia e captação de água para a ilha e outras benfeitorias.

Na década de 40 foram construídas novas instalações na Penitenciária e casas na Vila Dois Rios. Em 1956, a Colônia Correccional passou a se denominar Instituto Penal Cândido Mendes, mantendo-se a estrutura de funcionamento anterior com os internos trabalhando inclusive fora dos muros da unidade, em atividades como a pesca e a agricultura.

Na década de 1960, principalmente a partir de 1968, com a promulgação do AI-5, ocorreu a prisão de diversas pessoas que se opunham ao regime militar, sendo muitos deles classificados como subversivos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, destes muitos cumpriram suas penas no Instituto Penal Cândido Mendes. Alguns “presos comuns”, principalmente assaltantes de banco, também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional que, dentre outros, punia crimes contra o sistema financeiro por serem muito praticados por grupos revolucionários em busca de recursos para financiar suas ações. Da convivência de presos políticos e comuns, no período de 1969 e 1974, teve origem a facção criminosa Falange Vermelha em 1979.

Em 1993, o presídio foi desativado, quando contava aproximadamente 600 presos. Em abril de 1994, foi implodido no governo de Leonel Brizola.

A UERJ passou a ser, em 1994, cessionária das antigas instalações e benfeitorias do Instituto

Penal Cândido Mendes, em Vila Dois Rios, uma área que compreendia cerca de 32 km<sup>2</sup>. Iniciou suas atividades de pesquisa dirigidas a preservação e desenvolvimento sustentável da ilha e suas adjacências por intermédio do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), responsável por projetos ambientais distribuídos em diversas áreas de conhecimento. Vale destacar, entretanto, que apesar da criação do CEADS datar de 1998, diversas atividades de pesquisa e extensão na região podem ser observadas em datas anteriores a este período.

Acatando os dispositivos legais e procurando ampliá-los, a UERJ iniciou ações com vista à criação do Ecomuseu Ilha Grande, voltado para preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha. O Ecomuseu Ilha Grande foi criado em 20 de dezembro de 2007, até junho de 2009 foi dirigido pela socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos, professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ, que inaugurou uma primeira unidade, com a exposição “Cem anos de presídios”, no prédio reformado em que funcionou a padaria durante a vigência do complexo penitenciário.

A postura democrática propôs o museu como instrumento de transformação social e destacou o papel das coleções no alcance desse objetivo. Essa mesma postura democrática levou a reflexão das formas pelas quais as instituições museais se aproximariam de seu público. Essas e outras discussões se alimentaram e ao mesmo tempo motivaram uma série de tipos de museus (comunitários, de cidade e outros) assim como facções, como os centros de ciências<sup>9</sup>.

## Objetivos

O foco deste artigo consiste em pontuar a formação dos quatro núcleos que compõem o Ecomuseu Ilha Grande, bem como definir sua natureza e principais ações a serem realizadas a curto e médio prazo como forma de obter os resultados propostos e auxiliar na implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande, cujos estudos encontram-se em fase de consolidação.

## Material e Métodos

A atual fase de estruturação das atividades do Ecomuseu, que se iniciou no primeiro semestre de 2009 quando tomou posse a nova direção

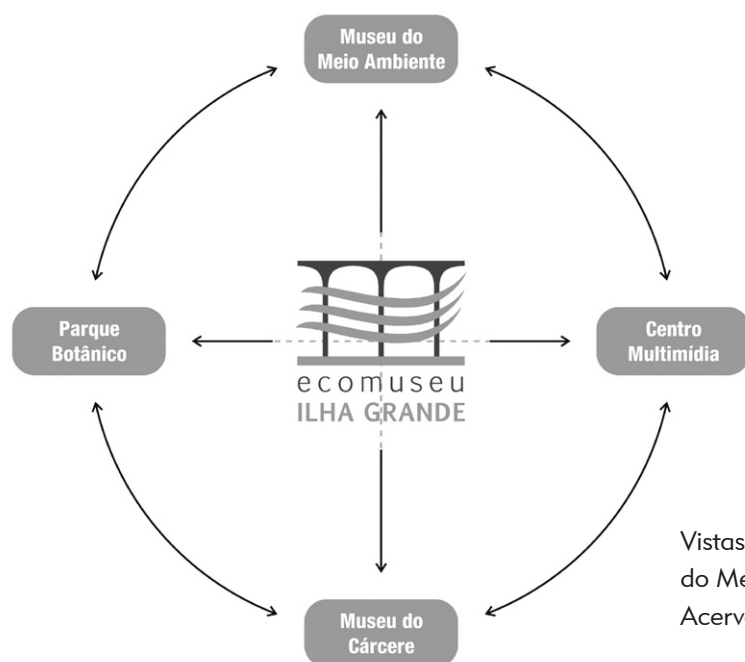
do museu, se caracteriza por desenvolver levantamentos de campo dirigidos à avaliação dos aspectos funcionais dos quatro núcleos que o compõem: Museu do Cárcere, Parque Botânico, Museu do Meio Ambiente e Centro Multimídia, pela elaboração de projetos.

Por definição, um ecomuseu constitui-se a partir do entrelaçamento de diferentes forças sociais colocadas em movimento por uma população local, operando com uma noção de território e um conceito de patrimônio global, historicamente determinados. No caso do Ecomuseu Ilha Grande, em termos esquemáticos, encontra-se a seguinte situação: o território é a própria ilha, onde os principais núcleos do museu encontram-se instalados em Vila Dois Rios, *campus* da UERJ, a população local é constituída pelos moradores da Ilha, em especial de Vila Dois Rios. Não se pode menosprezar a importância também da comunidade acadêmica que ali desenvolve suas atividades de pesquisa, ensino e exten-

são; o patrimônio global ou integral envolve os bens naturais e culturais da região.

A memória, isto é, consciência das diversas experiências que foram vivenciadas ao longo de uma vida, as escolhas, decisões, questionamentos por que passam os indivíduos são essenciais à construção das identidades individuais. Para saber quem somos precisamos de nossas memórias<sup>10</sup>.

Esse conjunto museal associa-se a uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental que tem vínculos estreitos com comunidades globais<sup>11</sup>, deixando patente que não se trata de uma concepção de “museu ilhado”, ainda que fisicamente ele esteja ancorado numa ilha; ao contrário, trata-se de um museu-processo, aberto para com o mundo extrainsular. Sobre esse mesmo pano de fundo (ou tecido ecomuseal) os aspectos funcionais serão trabalhados através de quatro núcleos, conforme fluxograma abaixo.



Vistas das atuais instalações do Museu do Meio Ambiente. Fonte: Fotos do Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

## Resultados e Discussão

### O Museu do Cárcere

O Museu do Cárcere tem o importante papel de pesquisar as políticas carcerárias implementadas ao longo do período Republicano, em especial no Rio de Janeiro, e seus reflexos na sociedade. É formado pelo prédio que compõe a portaria de entrada da Penitenciária Cândido Mendes, conjunto de salas distribuídas em dois andares e pelo

prédio da padaria do presídio, não demolidos pela implosão de 1994. Seus espaços destinam-se, após as obras de restauração, a abrigar mostras sobre a cultura local e a história das instituições carcerárias na Ilha Grande. A primeira exposição, inaugurada em 5 de junho de 2009, ainda sob gestão da Doutora Myrian Sepúlveda dos Santos foi possível graças a recursos concedidos pela FAPERJ, fundação que garantiu meios para prosseguimento das obras de recuperação do prédio, por inter-



médio do Edital Prioridade Rio, ao projeto coordenado pelo professor Doutor Gelsom Rozentino de Almeida, atual chefe do Museu do Cárcere.

Conforme observado por Almeida<sup>12</sup>, ao longo do século vinte, as instituições carcerárias marcaram profundamente a imagem da Ilha. Parte considerável dos moradores trabalhou direta ou indiretamente nos presídios e penitenciárias, que ofereceram emprego e melhores condições de vida para muitos deles. Ainda hoje, a população da Ilha continua a ser associada à imagem do “presídio.” Para os moradores atuais, constituídos por guardas penitenciários, ex-presidiários, policiais militares aposentados e seus familiares, a vida prisional representa bem mais do que uma lenda do passado, pois marcou suas práticas cotidianas.

Até as últimas décadas de seu funcionamento, o Instituto Penal Cândido Mendes tornou-se “presídio de segurança máxima”. Presos políticos e presos comuns foram enviados para a Ilha durante todo o século passado.

O tratamento adequado das ruínas da Penitenciária e a ampliação da infraestrutura do Museu do Cárcere têm por objetivo servir como importante fonte de reflexão sobre o sistema penitenciário, e principalmente, a violência presente nos sistemas carcerários brasileiros.

## O Museu do Meio Ambiente

O Museu do Meio Ambiente encontra-se no momento em fase inicial de recuperação. Ocupará o mais antigo prédio da região, parte integrante da Fazenda Dois Rios, e que também foi utilizado como presídio desde 1894. Neste espaço pretende-se concentrar as atividades relacionadas à natureza, à preservação da biodiversidade, à educação ambiental e à apresentação dos estudos e pesquisa do CEADS. Sua importância histórica é ressaltada, pois foi nessa edificação que esteve preso Graciliano Ramos e que serviu de inspiração para o livro *Memórias do Cárcere*, publicado em 1953.

A recuperação dessa edificação é fundamental para que a mesma se adeque aos objetivos que se pretende e às parcerias firmadas entre a Universidade e o Governo do Estado, em especial a FAPERJ que concedeu recursos à professora Doutora Thereza de Almeida Rosso, chefe do Museu do Meio Ambiente, para o desenvolvimento de projetos que preveem obras e equipamentos para

o prédio, através dos editais Prioridade Rio e Extensão e Pesquisa.

Em conjunto com o início das obras de restauração, está previsto o desenvolvimento de pesquisas de forma a transformar as próprias edificações do Museu do Meio Ambiente em uma edificação bioclimática apropriada e incorporada aos conceitos de construção sustentável e ambientalmente adequada. Espera-se que o prédio sirva de modelo de instalação que se concretiza numa área de preservação ambiental.

Uma construção sustentável baseia-se na prevenção e redução dos resíduos pelo desenvolvimento de tecnologias limpas, no uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis, no uso de resíduos como materiais secundários e na coleta e deposição inerte. Dessa forma, devem ser tomadas medidas para se transformar resíduos em recursos reutilizáveis<sup>13</sup>. Assim, estão previstos estudos, desenvolvimento de pesquisas e metodologias específicas com vistas ao conforto ambiental, uso racional de água, técnicas simplificadas de tratamento de esgotos domésticos, uso de energia sustentável, dentre outros.

Além disso, destaca-se que todas as intervenções serão realizadas levando-se em consideração as características arquitetônicas das instalações de forma a manter seu inestimável valor histórico.

## Sobre o Centro Multimídia

No prédio do antigo cinema do presídio, que será restaurado e redimensionado, o Centro Multimídia concentrará o desenvolvimento de atividades e materiais de divulgação e informação relacionados à preservação do meio ambiente, história e cultura locais. Serão utilizados materiais multimídia em espaço próprio para exibição de cinema e vídeo, além da exposição de fotografias e artes plásticas.

O Centro Multimídia deverá constituir um acervo de documentos, referências bibliográficas e imagens sobre todo e qualquer tema relacionado à Ilha Grande, disponível em meio impresso ou audiovisual e por internet. Realizará pesquisa sistemática de matérias presentes na imprensa, em documentários e filmes já produzidos, bem como incentivará a realização de entrevistas com profissionais envolvidos com os temas selecionados. Construirá o Espaço Multimídia Ecovila Digital,

visando o desenvolvimento da comunidade local no que se refere à apropriação de tecnologia – antigo anseio dos moradores – e à criação do primeiro programa de inclusão digital na Vila Dois Rios. Organizará debates e simpósios, e promoverá concursos, tais como de fotos e de redação, sobre a Ilha Grande, capazes de gerar exposições locais e itinerantes. O resultado dessas atividades se traduzirá na produção de *sites*, cartazes, postais, livros, documentários, vídeos e filmes.

Uma das atividades centrais será a construção de um centro de memória a partir dos depoimentos gravados de moradores locais. Haverá exposições contínuas de vídeos, que servirão para resgatar traços esquecidos do passado. Pretende ainda contribuir para o desenvolvimento social e cultural do grupo de moradores de Vila Dois Rios, de acordo com a relação universidade-sociedade e compromisso com o impacto social, bem como aumentar o Índice de Avanço Tecnológico (IAT), através da disseminação e do domínio de novas mídias por seus moradores.

### O Parque Botânico

As coleções de plantas vivas – jardins, arboretos, hortos e parques – são centros de importância direta para a conservação da biodiversidade e figuram dentre as diferentes ações estabelecidas para salvaguardar o patrimônio biológico global<sup>14</sup>.

O Parque Botânico do Ecomuseu Ilha Grande está inserido em uma área de grande riqueza natural, cuja importância biológica pode ser aferida por uma extensa legislação composta pelos decretos que criaram o Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Reserva Biológica da Praia do Sul e Área de Proteção Ambiental dos Tamoios.

Dentro do propósito de contribuir para a conservação do inestimável patrimônio natural, os estudos relativos à Flora da Ilha Grande estiveram voltados, até o momento, para a difícil tarefa de catalogar e identificar as espécies existentes, o *status* de conservação das mesmas<sup>2</sup> e o registro histórico do uso dessas espécies na Ilha. Até o momento, foram identificadas 1.143 espécies botânicas na Ilha Grande e o registro de uso de cerca de 100 espécies pela população local<sup>15</sup>.

A partir desses resultados foi elaborada a lista de espécies para compor o acervo do Parque Botânico, cuja missão será estabelecer uma coleção

diversificada, compreensível e bem documentada de plantas vivas expostas em um cenário atrativo ao público, contribuindo para a conscientização da comunidade e representando um novo polo de visitação, no qual se associam conhecimentos científicos botânicos, preservacionistas e históricos. Este último aspecto agrega uma importância ao acervo botânico proposto e o difere dos demais existentes no Brasil. Quando implantado, será possível identificar plantas de interesse em diferentes períodos de ocupação da Ilha Grande, incluindo o registro dos primeiros habitantes (povo dos sambaquis), dos períodos políticos do Brasil Colônia, Império e República. Além dos aspectos atuais, onde a seleção de espécies botânicas é o primeiro passo para o estabelecimento de medidas para conservação e recuperação das áreas degradadas.

O Parque Botânico será construído na área do pátio e sobre os escombros do antigo presídio que receberão tratamento paisagístico e técnico-científico para o cultivo de espécies da flora que sejam testemunhos da história local. O Parque Botânico está relacionado ao Projeto Flora da Ilha Grande - RJ, desenvolvido pelo Departamento de Biologia Vegetal da UERJ. Sua criação visa disponibilizar ao visitante, seja ele pesquisador, estudante ou leigo, uma coleção de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, representando uma fonte de conhecimento sobre os recursos da flora nativa e um centro de apoio para ciência, preservação e educação ambiental.

Apesar de todos os trabalhos já realizados, para atingir os objetivos propostos a partir da instalação do Ecomuseu Ilha Grande e todas as suas unidades, a UERJ terá grandes desafios: atender os termos de compromissos assinados pelo Termo de Cessão de Uso, datado de 18 de outubro de 1994, respeitando os aspectos sociais, culturais e ambientais da região, tendo sempre como foco a localização geográfica da Ilha Grande: um ambiente insular e Unidade de Conservação.

Como apresentada, a característica biofísica da ilha lhe confere peculiaridades: é considerada patrimônio nacional sendo ainda protegida por legislação ambiental específica. Outrossim, vem se apresentando como importante polo turístico, fato que pode vir a afetar de maneira direta sua situação especial.

Nesse sentido, como acontece na maior parte das regiões costeiras brasileiras alguns pontos

podem ser destacados: a) crescimento populacional; b) atividades turísticas *versus* população flutuante; c) conflitos entre as políticas públicas existentes<sup>16</sup>. Estudos ainda não conclusivos vêm sendo realizados em parceria com o órgão de fiscalização do Estado (Instituto Estadual do Ambiente – INEA) e a comunidade de todas as enseadas e vilas da Ilha Grande, com vistas a estudar tais questões em maiores detalhes.

## Conclusões

A Ilha Grande transforma-se ao longo do tempo de um ambiente carcerário em um grande laboratório para o desenvolvimento de um modelo que concilie os diversos usos deste espaço insular em sintonia com os pressupostos da preservação e sustentabilidade ambiental, com a participação de pesquisadores das mais variadas IES, não apenas do Estado do Rio de Janeiro, mas de outros estados do Brasil e, mesmo, de outros países. Ao longo dos últimos anos pesquisadores de diversas áreas de concentração vêm descobrindo como é estudar a sua geografia, a riqueza de sua história, a fauna e a flora, as questões ambientais e de sustentabilidade, o turismo e suas potencialidades. Trabalham ainda na preservação cultural da região com forte parceria com a comunidade local.

Torna-se assim de área de segurança nacional em área de patrimônio nacional, tendo a UERJ destaque na preservação e desenvolvimento desse ambiente.

Além de seu papel fundamental de atender o público proporcionando educação formal e não formal para amplos setores da população, o Ecomuseu Ilha Grande oferece cursos gratuitos de formação de ecomonitores capacitando moradores a atuar como guias locais, atividades de arte-educação, atendimento às escolas e grupos de visitantes.

Passado um ano da inauguração do Museu do Cárcere, a análise das potencialidades do Ecomuseu como agente de mudança social e como reflexo das narrativas dos moradores, turistas e pesquisadores já demonstra uma nova dinâmica na Vila Dois Rios. Levando em consideração a ação pontual do Museu, um espaço de atrativo para o turismo, lazer e conhecimento, que recebe em altas temporadas mais de 1.000 visitantes/mês. Atuando com ações educativas ao longo do ano e promovendo atividades ligadas ao desenvolvimento sustentável nota-se um novo olhar dos moradores da Vila Dois Rios em

relação a patrimônio, preservação e turismo. Sendo assim, o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas onde diversos atores comparecem, construindo um discurso que seleciona, apropria – e expropria – práticas e objetos<sup>17</sup>.

O Ecomuseu Ilha Grande poderá exercer um papel fundamental ao atender, informar e educar tanto a população local, que não associa o aumento de sua renda à manutenção do patrimônio ambiental e histórico-cultural da ilha, como os visitantes, que necessitam de orientação para que não se tornem agentes destruidores da biodiversidade local.

As perspectivas do aumento das atividades turísticas e do crescimento populacional tornam imperativa a realização de atividades acadêmicas que contribuirão para a determinação de sua capacidade e definição de estratégias adequadas de redução de impactos ambientais. Somente assim será possível preservar as características originais da ilha, visando atingir o desenvolvimento sustentável da região. E é nesse contexto que o Ecomuseu Ilha Grande pretende realizar suas atividades.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ. Especial agradecimento à UERJ, notadamente à equipe do CEADS, às Sub-reitorias de Extensão e Cultura (SR3) e de Pós-graduação e Pesquisa (SR2), à Prefeitura dos *Campi* da UERJ e ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

## Contribuições dos autores

Ricardo Gomes Lima – pesquisa e redação sobre a história e funcionamento do Ecomuseu Ilha Grande.

Cátia Henriques Callado – pesquisa e redação sobre a temática do Parque Botânico.

Gabriela Faria, Gabriela Machado Alevato e Julia Wagner Pereira – pesquisa e redação acerca de questões de patrimônio e museologia.

Gelsom Rozentino de Almeida – pesquisa e redação sobre a história penitenciária da Ilha Grande.

Marcos Bastos Pereira – pesquisa e redação sobre a temática sócio, histórico e econômica da Ilha Grande.

Thereza Christina de Almeida Rosso – pesquisa e redação sobre a temática do Museu do Meio Ambiente.

Wânia Clemente de Castro – pesquisa e redação sobre o uso de novas mídias na educação e em espaços museológicos.

## Referências

1. GUEDES-BRUNI, R. R.; LIMA, H. C. Mountain ranges of Rio de Janeiro, Southeastern, Brazil. In: HEYWOOD, V. H. (Org.). *Centres of Plant Diversity: a guide and strategy for their conservation. The Americas*. Vol. 3. Cambridge: IUCN Publications Unit, 1997. p. 376-379.
2. CALLADO, C. H.; BARROS, A. A. M. de; RIBAS, L. A.; ALBARELLO, N.; GAGLIARDI, R. F.; JASCONE, C. E. Flora e Cobertura Vegetal. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. (Orgs.). *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro/Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, 2009. p. 91-161.
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
4. BASTOS, M. P. *Avaliação do efeito da biodeposição da malacocultura sobre a comunidade bentônica na Baía da Ilha Grande: subsídio à sustentabilidade ambiental da maricultura no estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Oceanografia) – Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 156 p.
5. BASTOS, M. P.; PRADO, R. M.; SANTIAGO, A. M. de A.; BIRMAN, P.; CADEI, M. de S.; CATÃO, H.; MENDONÇA, T.; BAKKER, A.; FERRAREZ, A.; GILAYN, H.; MENDONÇA, M.; WIEDEMANN, M.; ZANATTA, R.; PEREIRA, V.; CRUZ, A.; ROSEIRO, T.; ARAÚJO, A.; ATTIANEZI, M. Estruturas econômicas e organização sociocultural e política. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. (Orgs.). *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro/Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, 2009. p. 371-470.
6. ARAÑA, L. V. *Aquicultura e desenvolvimento sustentável: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. 310 p.
7. FOOD AGRICULTURAL ORGANIZATION. *The state of food and agriculture 2003-2004: agricultural biotechnology: meeting the needs of the poor?* Rome: FAO, 2004. 228 p.
8. SANTIAGO, A. M. de A.; GUIMARÃES, C.; NOGUEIRA, I.; SANTOS, M. S. dos S.; SANT'ANNA, T. História da Ilha Grande e patrimônio cultural. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. (Orgs.). *O ambiente da Ilha Grande*. Rio de Janeiro/Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, 2009. p. 299-369.
9. CURY, M. X. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005. 162 p.
10. SANTOS, M. S. dos. Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. de S.; SANTOS, M. S. dos (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, Departamento de Museus, 2007. p. 12-19.
11. ALMEIDA, G. R. *Compêndio da legislação e estrutura do sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Publit, 2009. 500p.
12. ALMEIDA, G. R. *Sistema penitenciário do Rio de Janeiro: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Publit, 2009b. 64 p.
13. FREITAS, N. G. P.; CHAGAS, D. C. M. N.; COSTA, V. C. A. *Edificação bioclimática e ecológica no CEADS*. 2008. Projeto de Final de Curso (Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia, UERJ, Rio de Janeiro, 2008. 71 p.
14. REDE BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS. *Normas internacionais de conservação para jardins botânicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001. 109 p.
15. MAIOLI-AZEVEDO, V.; CALLADO, C. H. *Uso, manejo e conservação de espécies arbóreas dentro de uma perspectiva etnobotânica: o caso da Ilha Grande, RJ*. Relatório Científico 1: Bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica/TCT, 2008. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009. 53 p.
16. ROSSO, T. C. A.; CIRILO, J. A. Water resources management and coastal ecosystem: overview of the current situation in Brazil. In: Proceedings of the Sixth International Conference Littoral 2002. *The Changing Coast*. Porto: European Coastal Association for Science and Technology, 2002. v.1, p. 215-223.
17. VELOSO, M. O fetiche do patrimônio In: ABREU, R.; CHAGAS, M. de S.; SANTOS, M. S. dos (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond; IPHAN, Departamento de Museus, 2007. p. 229-245.

## Abstract

The Brazilian coastal zone and the Atlantic Forest are considered national heritage in the 1988 Federal Constitution. Besides, the biophysics and socio-environmental characteristics of these regions have specificities that grant them strategic importance in terms of public politics and sustainable development. This is the reality of Ilha Grande, in Rio de Janeiro. Aware of these peculiarities and its responsibilities as assignee to the old remaining installations of the extinct Cândido Mendes Penitentiary, in Ilha Grande, the State University of Rio de Janeiro (UERJ) has started its research and preservation activities of the ecosystems of the region with the Center for Environmental Studies and Sustainable Development (CEADS). Parallel to this, the university promoted action aiming at the creation of Ilha Grande Ecomuseum, composed of four units, namely Museu do Cárcere (Jail Museum), Museu do Meio Ambiente (Environment Museum), Parque Botânico (Botanic Garden) and Centro Multimídia (Multimedia Center). The Ilha Grande Ecomuseum is an appropriate instrument to the development of preservationist programs, projects and actions, along with research and communication of strong social and environmental interest. This work aims to present the development of the first research project and actions carried out in the region.

**Keywords:** Environment, Culture, Insular Environment, Ilha Grande, Ecomuseum